

Maílson: a economia está sob controle.

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, manifestou ontem, em entrevista ao programa Bom dia Brasil, da TV Globo, otimismo em relação à política feijão com arroz, apesar do esperado salto da taxa de inflação de outubro, e negou terminantemente que o País esteja caminhando para a hiperinflação. Ele confirmou que o governo estuda a adoção de um pacote fiscal, mas se recusou a fornecer maiores detalhes. Apenas disse que as novas medidas fazem parte de estudos já avançados nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

"A hiperinflação é uma situação em que a sociedade perde a confiança numa moeda e passa a procurar uma moeda estrangeira e outros artigos, bens materiais", definiu Maílson, para acrescentar: "O Brasil não vive isso, porque nós temos uma âncora ainda no País, que se chama correção monetária, que se chama título do governo". O ministro sustentou que "existe ainda uma confiança sólida nos títulos do governo". Como exemplo, citou o último leilão realizado pelo Banco Central, na terça-feira, quando foram ofertados 500 milhões de títulos, verificando-se uma procura potencial para 938 milhões de títulos.

Especulação

Quanto ao grande movimento no black e no mercado de ouro, Maílson entende que ele é predominantemente especulativo, "em dois mercados não representativos da economia". Estes, na sua definição, "são mercados pequenos e, por isso mesmo, sujeitos a muitas oscilações". De acordo com o acompanhamento que o ministro garantiu estar sendo feito pelo Banco Central, não há indícios incontestáveis de uma migração de ativos financeiros para ativos reais, e "muito menos as altas no ouro e no câmbio negro se justificariam por essa migração". Para o ministro, apesar de não haver essa fuga, "se todos começarmos a falar nisso, é como o estouro da boiada: aí vai haver".

O salto da inflação, frisou Maílson, não significa que o governo está perdendo o controle da economia. Contestou também a estimativa de uma inflação de 35% para novembro, feita pelo ex-diretor da Dívida Pública do BC, Juarez Soares, em seu depoimento anteontem no Congresso. As indicações do governo, segundo Maílson, são de que em novembro a taxa poderá ficar abaixo da de outubro, cujas previsões indicam algo em torno de 28%.

Maílson elogiou o depoimento de Juarez Soares, embora lamentasse a sua previsão. "É impossível que ele tivesse essa previsão na quinta-feira passada. Nem o mercado tinha isso, nem o governo tem", afirmou Maílson. Para o ministro, "Juarez Soares é um grande operador do mercado financeiro, mas entende muito pouco de macroeconomia".

Carapuça

Irritado com os políticos que não têm



Maílson: "temos uma âncora no País, a correção monetária".

poupado críticas à política do feijão com arroz, Maílson diz que trabalha pensando no País. "Por isso escolhemos o caminho do ajuste fiscal. Agora, se isso desagrada a alguns e afeta a carreira política de outros, não é problema do Ministério da Fazenda."

Perguntado se estava se referindo aos governadores, respondeu: "A carapuça deve cair na cabeça de quem acha que lhe cabe. Esta é a posição da Fazenda e do Planejamento. E nós não vamos recuar em nossos propósitos de auxiliar o presidente Sarney em conduzir este barco com vigor, determinação e coragem. Quem achar que a melhor solução é pelo caminho do populismo, azar. Isso é um problema deles, não me afeta".

Falando especificamente sobre o pedido dos governadores de redução, na proposta de orçamento da União para 89, do

percentual de pagamento de suas dívidas externas e dos municípios, Maílson disse que está fora de questão. Segundo afirmou, não é válida a comparação dos governadores com a renegociação da dívida externa. Isso porque enquanto o País paga integralmente os juros aos banqueiros internacionais, conforme reza o acordo com eles estabelecido, no caso das dívidas dos Estados o ônus da exigência de que arquem com 25% dos débitos não equivale sequer ao total dos juros a serem pagos.

O ministro também ressaltou a importância, para o governo, do dispositivo da Constituição sobre orçamento. Ele não dá ao Congresso a possibilidade de criar novas despesas, só podendo mudar a dotação preestabelecida das verbas no projeto encaminhado pelo governo.

Arquivo